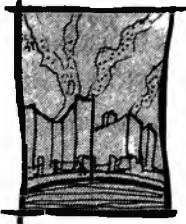


SINTONIAS E DEFASAGENS OS PARQUES PÚBLICOS NOS PLANOS PARA SÃO PAULO

VLADIMIR BARTALINI



RESUMO

O trabalho procura estabelecer relações entre as propostas formuladas para os parques e áreas verdes em São Paulo, no período compreendido entre o final do século 19 e o início dos anos 50, e as idéias correntes sobre o tema “parques públicos urbanos” nos países de industrialização avançada, notadamente Inglaterra e Estados Unidos.

Expõe e comenta resumidamente as principais características das propostas inglesas e norte-americanas no referente aos parques e áreas verdes, e procura reconhecer sua presença nas propostas para São Paulo evidenciando também suas discrepâncias.

Analisa, sob esta ótica, o plano de avenidas de Prestes Maia (1930) e o programa de melhoramentos de Robert Moses para São Paulo (1950), indagando sobre os motivos da sua não realização.

ABSTRACT

This paper intends to establish connections between proposals concerning parks and green areas for São Paulo City (from the end of 19th Century to the beginnings of 1950), and the current ideas about public parks in urban environment, specifically in industrialized countries like England and United States.

It points the main ideas about parks and green areas in these countries, and seeks its traces in the proposals for São Paulo City, remarking some discrepancies.

In this way, it focuses on the Avenues Plan by the brazilian engineer Francisco Prestes Maia (1930), and the Improvement Program for São Paulo by Robert Moses (1950), inquiring about the reasons they have not been carried out.

INTRODUÇÃO

Nos diversos planos e programas elaborados para o município de São Paulo é comum a presença de um item relativo aos parques públicos, seja com este próprio nome ou,

então, em títulos como “belezas naturais”, “praças de *parkways*” etc.

Da mesma forma que os demais itens integrantes dos planos, as propostas referentes aos parques públicos procuram atender a certos objetivos, utilizam-se de conceitos ou de modelos e se formalizam com base em determinados princípios. No entanto, as tendências a que as propostas se vinculam e as referências que estão na base das soluções adotadas, nem sempre vêm explicitadas na exposição dos planos.

Os modos como os parques são enfocados variam, às vezes, dentro de um mesmo plano, constatando-se ora o predomínio de uma abordagem estética, ora recreativa, ora especificamente ambiental. As propostas também podem ter um caráter mais teórico ou mais pragmático, e estarem mais ou menos sintonizadas com o momento histórico de sua formalização.

Neste trabalho procuraremos analisar as proposições contidas nos planos e programas para São Paulo, referente aos parques públicos, focalizando: suas principais características; a predominância ou o equilíbrio entre os enfoques estético, recreativo e ambiental; a presença de conceitos ou modelos tomados como referência nas propostas. Buscaremos também estabelecer relações entre estas propostas e as tendências em matéria de áreas verdes então correntes em outras partes do mundo, notadamente Inglaterra e Estados Unidos, em cujo urbanismo os parques públicos tiveram, desde o início, um lugar de destaque.

Tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, a relação entre industrialização, urbanização e o advento dos parques públicos é claramente perceptível, sendo fundamental para a formação dos conceitos de parques e de sistemas de áreas verdes que se difundiram por vários países e chegaram até nós. Que relação pode ter havido entre o crescimento urbano de São Paulo, intimamente associado à industrialização, e as propostas referentes aos parques públicos?

A resposta a esta questão não cabe nos limites deste trabalho. Buscamos, no entanto, nos aproximar dela analisando o período que vai do final do século 19 até os anos imediatamente posteriores a Segunda Guerra Mundial, compreendendo assim a formação e a consolidação de São Paulo como o principal centro industrial do país. A análise vai até o momento que antecede o fenômeno da conurbação, portanto, quando São Paulo ainda tinha o potencial, em termos de base territorial, para a implantação de um sistema de parques nos moldes europeus ou norte-americanos, para atender às necessidades de recreação pública.

No período considerado ocorreram, no que concerne aos parques públicos, as intervenções levadas a efeito por Antonio Prado, Raimundo Duprat e Washington Luiz, assim como o plano de avenidas elaborado por Prestes Maia em 1930 e o programa de melhoramentos proposto por Robert Moses em 1950, que são de especial interesse para o estudo das áreas verdes em São Paulo.

Em vista de tais intervenções, planos e programas estarem razoavelmente sintonizados com as tendências e experiências que lhes eram contemporâneas nos países mais desenvolvidos, sentimos necessidade de nos reportarmos a certos antecedentes, justificando assim a referência à experiência inglesa na era vitoriana, às idéias de Olmsted, no caso americano, bem como a Howard e Unwin, pelas influências diretas ou indiretas que exerceram.

ANTECEDENTES

Já no século 17, durante o absolutismo na Inglaterra, a história registra a permissão de acesso público ao Hyde Park, em Londres, que era de propriedade da Coroa. Há também notícias da abertura ocasional de parques reais para a comemoração pública de eventos importantes em meados do século 18.

Ainda na Inglaterra, nesta mesma época, encontram-se referências aos *Pleasure Gardens* (Chadwick), áreas particulares abertas ao público por algumas horas em determinados dias da semana, que desfrutavam de grande popularidade. Também na França, em fins do século 18, antigas propriedades reais foram abertas ao uso público, como o jardim das Tuilleries em Paris.

Afora estes espaços de origem privada, as cidades européias, e mesmo algumas cidades brasileiras, ainda antes da entrada do século 19, contavam com hortos botânicos, que o interesse científico do Iluminismo proporcionara e que, ocasionalmente, eram usados pela população como espaços para passeios e contemplação.

Por iniciativa da monarquia absolutista portuguesa, a cidade do Rio de Janeiro foi contemplada, no último quartel do século 18, com o passeio público (local de antiga lagoa que fora saneada e arborizada), espaço especialmente preparado para o desfrute do lazer da população urbana, e que também serviu de palco para comemoração pública de eventos relacionados à Coroa (Segawa). Foi entregue ao público em 1783, na mesma época (a rigor dois anos antes) em que era criado em Leicester, Inglaterra, um *public walk*, também destinado ao desfrute da população urbana, embora com formas, dimensões e funções diferentes das do homônimo do Rio de Janeiro.

Estes poucos exemplos servem para ilustrar que, antes mesmo dos parques se tornarem equipamentos públicos quase que obrigatórios no planejamento urbano, já havia o hábito da população urbana (ou de parte dela) de desfrutar de espaços arborizados ou ajardinados como forma de lazer. Servem também para mostrar a coincidência de alguns costumes ligados ao uso, e a semelhança nas formas de provimento destes espaços, em realidades tão diferentes como as das metrópoles e das colônias.

No entanto as áreas verdes e espaços livres, na forma e nas finalidades com que foram introduzidos no planejamento urbano, têm sua origem no século 19, na Inglaterra. Ali,

o crescimento fenomenal das cidades industriais, associado às péssimas condições de vida dos trabalhadores, motivou o surgimento de um movimento reformador que procurava conciliar a busca do lucro individual com a consecução do bem coletivo, passando pela implantação de áreas verdes públicas nas cidades. Se as cidades eram infectas cumpria saneá-las de modo que os trabalhadores nelas residentes se tornassem melhores e mais satisfeitos, o que resultaria, por fim, em maiores lucros. Entre os muitos relatórios dos vários comitês criados para tratar das condições das cidades e da vida da classe trabalhadora, destacamos um trecho daquele produzido pelo *Select committee on public walks* em 1833, onde são enfatizados os supostos efeitos recuperadores e morais dos espaços livres sobre os trabalhadores:

“Não é necessário salientar quão indispensáveis os passeios públicos ou espaços abertos podem ser nas vizinhanças das grandes cidades; para quem considera as ocupações das classes trabalhadores que ali moram, confinadas como são durante os dias da semana (...) em fábricas excessivamente quentes, é evidente que é de primeira importância para sua saúde no seu dia de descanso aproveitar o ar fresco e poder passear com o mínimo de conforto com suas famílias; se privados de tais meios é provável que seu único escape dos estreitos pátios e becos (nos quais tantos das classes pobres residem) venham a ser os botequins, onde gastam os recursos de suas famílias, e também freqüentemente destroem sua saúde. Nem este Comitê deixaria de notar as vantagens que os passeios públicos (devidamente controlados e abertos para as classes médias e pobres) oferecem na melhoria do asseio, arrumação e aparência pessoal daqueles que os freqüentam. Um homem passeando com sua família entre vizinhos de distintas categorias, naturalmente desejará estar adequadamente vestido e que sua mulher e filhos também estejam; mas este desejo devidamente dirigido e controlado é tido pela experiência como o de mais poderoso efeito em promover a civilização e estimular o empenho no trabalho (...)” (Chadwick.)

O movimento pela implantação de parques públicos nas cidades inglesas promovido com esta visão, ao mesmo tempo filantrópica e interessada, resultou na efetiva provisão destes espaços no meio urbano, inicialmente através de iniciativas particulares e, gradualmente, através do poder público com a promulgação de várias leis atinentes ao assunto a partir dos anos 1840.

No mesmo período tem origem nos Estados Unidos um movimento encabeçado por uma *“elite intelectual, socialmente e politicamente muito poderosa, ainda expressão de interesses fundiários e comerciais que via no inevitável crescimento dinâmico das cidades a possibilidade de realizar também os princípios de utopia social a serem estendidos progressivamente às partes mais inexploradas e pobres do país”*. (Pettena.)

Esta utopia, baseada na democracia social e no poder da ciência, tinha sua expressão territorial em espaços organizados, física e socialmente, na medida do homem, e nos quais os parques e as áreas naturais desempenhavam papel primordial. Os parques passam a ser concebidos intrinsecamente à forma urbana e não mais como espaços

periféricos (nos sentidos literal e figurado). Para Olmsted, o principal porta-voz do movimento americano, o parque é o lugar onde se reafirmam os valores de igualdade e de justiça social e por isso não deve ser um fato excepcional na cidade, mas sim parte integrante de um sistema acessível a todos. (Zoppi.)

“Olmsted reverte a tendência iniciada com os ‘rural cemetery’, colocados fora da cidade e concebidos como uma espécie de éden arcádico contraposto ao materialismo representado pela rigidez da malha urbana. Em Olmsted, como depois nos sucessivos paisagistas americanos, deste momento em diante a idéia de ‘naturalizar’ a cidade prevalece sobre a tendência de interpretá-la de um modo romanticamente artificial.” (Zoppi.)

A planificação do ambiente, com a prevalência das exigências ecológicas, sociais e estéticas sobre aquelas de ordem econômica e técnica, era fundamental, na visão de Olmsted, para a resolução dos problemas sociais e para a formação do caráter nacional. Neste sentido ganham grande importância os sistemas de espaços livres públicos:

“ (...) Era de fato nos espaços públicos de recreação passiva - parques, ruas, campus - que o cidadão experimentaria a realidade da vida democrática, assim como naqueles de recreação ativa destinados às atividades esportivas e do tempo livre: um sistema de recreação organizado como parte dos recursos de instrução de uma cidade sem o qual a criatividade individual e a produtividade teriam encontrado sérios obstáculos.” (Pettena.)

Entre as mais importantes obras realizadas a partir dos conceitos de Olmsted conta-se o sistema de parques de Boston, da década de 1860, pela influência que exerceu nos planos de áreas verdes posteriores. O conceito de “sistema de parques” se opõe àquele do parque isolado como forma de amenização das condições ambientais da cidade. Os parques, segundo Olmsted, deveriam estar relacionados entre si, conectados de preferência por alongamentos estreitos e informais dos próprios parques ou, onde isto não fosse possível, por *parkways* formais. Estas ligações deveriam por sua vez ser articuladas com outras vias de caráter semelhante, de modo que de qualquer parte da cidade fosse possível ter acesso a elas em poucos minutos de caminhada. Nas palavras do próprio Olmsted:

“ (...) É um erro comum ver o parque como algo que se completa em si mesmo, como uma pintura numa tela. Ele deveria ser planejado mais como se fosse um afresco, com a consideração constante dos objetos exteriores ainda que distantes ou mesmo só existentes na imaginação do pintor.” (Public parks and the Enlargement of Towns [1870] [in Chadwick].)

Harvey analisa o movimento pela natureza na cidade como sendo uma reação da “consciência burguesa” diante do fato incontestável de que havia algo de degradante na relação entre o trabalhador e a natureza, imposta pelo capitalismo industrial através do

sistema fabril, e como uma forma da burguesia obter para seu consumo uma paisagem que em nada lembrasse aquela que ela própria está organizando para os outros na esfera da produção. Daí decorrem, segundo Harvey, as casas de campo e os subúrbios verdes para a burguesia e as classes médias, mas também a freqüentação dos parques públicos e a busca da natureza em passeios fora da cidade por parte dos trabalhadores. As tentativas de trazer a natureza para dentro da cidade, empreendidas no século 19 por Howard na Inglaterra e por Olmsted nos Estados Unidos, são retomadas, no século 20 por Lewis Mumford e Ian Mc Harg o que, conforme Harvey, “*atestam a continuidade deste tema no pensamento e na prática burguesas*”. (Harvey.)

Apesar de Harvey ver uma grande mistificação nas atitudes tanto da burguesia como dos trabalhadores diante da natureza (mistificação porque a natureza fica reduzida “*a um conceito de tempo livre, como algo a ser ‘consumido’ no decurso de uma pausa recuperadora daquilo que era de fato uma relação degradante com a natureza, na mais fundamental de todas as atividades humanas: o trabalho*”) ele entende que esta mistificação “*(...) combina elementos de necessidade e de cruel frustração. Agarrar-se a algum sentido de relação não alienada com a natureza faz a vida suportável para o trabalhador apenas porque isso leva a uma avaliação realista do que foi perdido e do que potencialmente pode ser ganho*” (Harvey.)

No entanto esta potencialidade não tem se realizado. O que ocorre é, quando muito, melhores condições no local de vida “*como compensação por aquilo que nunca pode ser realmente compensado no local de trabalho*” (Harvey.)

PRIMEIRAS INICIATIVAS EM SÃO PAULO

Com tais antecedentes e estigmas de origem os parques urbanos chegaram até nós. Até que ponto a (má) “consciência burguesa”, a “nostalgia rural” do trabalhador e a necessidade de cooptação para o sistema fabril motivaram o surgimento de parques e áreas verdes públicas em nossa cidade, é algo difícil de avaliar. Provavelmente não erraríamos se disséssemos que, ao contrário das cidades européias e norte-americanas, a industrialização aqui não ensejou a criação de parques e áreas verdes, antes destruiu-os. É possível até cogitar que, entre nós, os parques tenham saído de um modismo, de uma tendência à imitação de modelos das metrópoles sem que houvessem as condições ou necessidades semelhantes às que motivaram seu surgimento lá.

De qualquer modo eles passaram a integrar, quase que obrigatoriamente, os programas de melhoramentos e os planos para a cidade desde que São Paulo se confirmou como a capital da economia cafeeira e, em seguida, da indústria. Muitas das justificativas para sua implantação se basearam no efeito restaurador proveniente do contato com a natureza e nos resultados morais do ambiente saudável - para o que os parques e as áreas verdes desempenhariam papel fundamental - e da recreação (particularmente da prática

de esportes) ao ar livre, tal e qual na Europa e nos Estados Unidos, embora somente uma pequena parte dos discursos tenha se efetivado na prática.

Não ocorreu aqui a ação forte dos reformadores a ponto de marcar o ambiente urbano com suas idealizações a respeito da natureza dentro da cidade. A atuação da iniciativa privada no provimento das áreas verdes de recreação, quando existiu, procurou resultados mais imediatos e a infra-estrutura correspondente durou o tempo das conveniências do capital, como se pode depreender da seguinte passagem:

“No início do século foram construídos os primeiros parques equipados para a prática de esportes em meio a jardins ou matas nativas. Dois deles, o parque Antártica e o bosque da Saúde, pertenciam à Cia. Antártica Paulista, que os utilizava dentro de um esquema de marketing para vender cerveja. O parque Antártica foi inteiramente planejado, com ruas retas e árvores plantadas; já o bosque da Saúde era composto por trilhas e clareiras dentro de uma mata nativa. Inaugurados em 1900 e 1908, respectivamente, tiveram vida curta, porém intensa. Ambos eram servidos por bondes elétricos, havendo mesmo promoções de iniciativa da Light, em acordo com a Antártica, nas quais eram fornecidas reduções de tarifas e oferecidos espetáculos musicais e circenses gratuitos, com ampla divulgação nos jornais. Em 1916 o parque Antártica foi alugado para o Palestra Itália (atual Sociedade Esportiva Palmeiras) para a realização de jogos de futebol e comprado definitivamente quatro anos depois. O bosque da Saúde existiu até 1925, quando foi loteado, dando origem ao atual bairro.” (Pontes .)

A ação pública em São Paulo no referente aos parques, jardins e áreas verdes em geral, começou a ocorrer de modo mais freqüente a partir de 1870, portanto, algumas décadas depois das iniciativas inglesas e uns 10 anos depois do início do movimento americano. Mas o que ocorreu aqui foi em escala mais pontual e sem as motivações que impulsionaram aqueles movimentos. De fato estávamos ainda num período escravocrata, a cidade burguesa mal se insinuava, o surto industrial demoraria ainda algumas décadas; a população portanto não vivia as condições dramáticas de habitabilidade que eram comuns nas cidades industriais inglesas, e parece que nem as elites locais eram dadas a utopias como a do leste norte-americano (Dal Co).

Apesar disso, a implantação dos jardins e parques públicos urbanos entre nós revela uma certa consonância com o que ocorria no exterior. Já antes, em 1838, o nosso jardim Botânico, no bairro da Luz, passaria a ter o nome oficial de Jardim Público, denominação bastante atualizada com as tendências da época.

A sintonia ainda pode ser constatada no fato dos jardins públicos estarem a princípio cercados de grades, como era comum na Inglaterra, sendo que mais tarde “ (...) a partir dos últimos anos do oitocentismo, parece que por influência do exemplo norte-americano, substituíram-se os jardins cercados de grades por jardins abertos, com canteiros desenhados de acordo com novos estilos” (Bruno.)

Seria possível ainda sugerir relações entre as tendências do movimento *City Beautiful*, originado em Chicago no final do século, com os melhoramentos realizados em São Paulo no mesmo período.

Concomitante ao movimento americano, travava-se na Europa uma discussão eminentemente estética a respeito do papel da arte no paisagismo e também sobre a relação entre edifícios e espaços livres, esta muito influenciada pela publicação em 1899 de *Der Städtebau nach seinen Künstlerischen Grundsätzen*, de Camillo Sitte.

É neste contexto mundial das tendências do urbanismo que podem ser situados os melhoramentos realizados por Antonio Prado na virada do século em São Paulo, caracterizados pelo embelezamento dos espaços públicos, bem como de certo modo o projeto e a implantação, já nas gestões seguintes de Raimundo Duprat e Washington Luiz, dos parques centrais do Anhangabaú e D. Pedro II.

No projeto do parque D. Pedro foram consideradas, sem dúvida, questões especificamente ambientais e de recreação pública. No entanto, os equipamentos esportivos previstos no projeto de Cochet não foram implantados, e na exposição de motivos feita por Washington Luiz, no envio do projeto à Câmara em 1914, não sobressaem propriamente as questões ambientais, mas antes as preocupações com a aparência do lugar, a moral e a segurança, num documento em que os preconceitos são explicitados sem qualquer constrangimento:

“(...) Não pode ser adiado (o projeto), porque o que hoje ainda se vê na adiantada capital do Estado, a separar brutalmente do centro comercial da cidade os seus populosos bairros industriais, é uma vasta superfície chagosa, mal cicatrizada em alguns pontos e ainda escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa, em quase toda a sua extensão. (...) É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetas do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação em moitas, pela ausência de iluminação, se reúne e dorme e se encacha à noite, a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, e em todas as idades, todos perigosos. (...) Tudo isto pode desaparecer, e já, tendo já sido muito melhorado com a canalização e aterrados feitos, sendo substituído por um parque seguro, saudável e belo, como é o do projeto Cochet. (...) Denunciado o mal e indicado o remédio, não há lugar para hesitações, porque a isso se opõem a beleza, o asseio, a higiene, a moral, a segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo.” (Kliass.)

Na exposição de motivos as menções sobre os problemas de saneamento que afetavam o local (águas estagnadas, poeira, lixo, insetos, etc.) vêm sempre eivadas por considerações sobre a moral e os bons costumes, associação bastante frequente em todo o discurso higienista.

Nesta época São Paulo estava vivenciando o primeiro surto industrial, mas os principais problemas de saneamento eram anteriores à industrialização e, embora houvesse um incipiente proletariado industrial, ele não era citado nas alegações para a criação de parques públicos, como ocorreu no século anterior na Inglaterra e nos Estados Unidos. Isto nos faz situar as iniciativas paulistanas no âmbito limitado do embelezamento de uma cidade que enriquecia. Se havia preocupação com o ambiente da cidade e com as necessidades dos futuros habitantes, elas estavam presentes nas idéias de quem projetava, conforme se pode atestar em trecho do Relatório Bouvard de 1911, com a costumeira associação entre áreas verdes, espaços públicos, higiene e valores morais:

“(...) Cumpre não esquecer a conservação e criação de espaços livres, de centros de vegetação, de reservatórios de ar. Mais a população aumentará, maior será a densidade da aglomeração, mais crescerá o número de construções, mais alto subirão os edifícios, maior se imporá a urgência de espaços livres de praças públicas de squares, de jardins, de parques. (...) Foi para tal fim que independentemente dos passeios interiores (...) aconselho três grandes parques, lugares de passeios para habitantes, focos de higiene e de bem-estar, necessários à saúde pública, tanto moral como física.” (Kliass.)

OUTRAS REFERÊNCIAS

As rápidas transformações que se processavam no território norte-americano, e as novas e duras condições das cidades industriais inglesas, resultaram no movimento dos parques públicos em ambos os países, nos meados do século passado, atribuindo às áreas verdes no interior das cidades um papel regenerador do ambiente físico e moral.

Mas em tais países, um outro problema passou também a ocupar as atenções com a continuidade do processo de industrialização: o do crescimento rápido e descontrolado das cidades. Das tentativas para a solução deste desafio surgiram várias propostas urbanísticas. Entre elas, a de maior repercussão foi a das cidades-jardins de Howard, nos fins do século 19. Howard propunha a fusão cidade-campo e, da mesma forma que nas propostas de Olmsted, os parques centrais estariam intrinsecamente ligados à forma urbana e deveriam ser facilmente acessíveis a pé. Uma grande avenida circular, de 25 m de largura, formaria como que um parque complementar - um cinturão verde ainda interno à área urbanizada - ao longo do qual estariam dispostas escolas, igrejas, áreas esportivas e jardins. Todos os equipamentos seriam interligados por avenidas e *boulevards* arborizados.

Um novo papel estava então reservado às áreas verdes na concepção das cidades-jardins: a de delimitação da área urbana, princípio que foi extensivamente adotado em planos posteriores em várias cidades de diferentes países.

A realização prática das idéias de Howard está ligada ao nome de Raymond Unwin. No livro *Town planning in practice*, editado em 1909, Unwin aborda uma ampla gama de temas referentes ao planejamento das cidades e ao desenho urbano, numa visão heterodoxa que, tendo as concepções de Howard como base, abarca o debate entre as escolas francesa e alemã, respectivamente defensoras do “formal” e do “pitoresco” no referente ao traçado urbano, bem como o antagonismo entre os adeptos da *Landscape school* e os do formalismo no projeto dos jardins na Inglaterra, procurando tirar partido das melhores qualidades de cada uma destas tendências.

Unwin estará sempre buscando o equilíbrio entre as considerações de ordem ambiental e a ordenação formal que, segundo ele, todo projeto deve ter. Trabalha com pares de opostos, procurando harmonizá-los: princípios artísticos x necessidades práticas; ambiente natural x intervenção humana; ordem geométrica x irregularidade.

“(...) É necessário buscar numa terceira via entre estes extremos (formal e pitoresco) que se resume em levar a termo os nossos fins no modo mais simples e mais leal e, sobretudo, não fazer nada sem um motivo preciso. (...) O projetista deve amar todas as belezas naturais e, ao mesmo tempo, ter em mente uma clara idéia da beleza do projeto preciso que quer desenvolver. Deve se aproximar do ambiente com reverência, harmonizar seus edifícios com a paisagem circundante, conservar e incorporar ao projeto árvores ou outros elementos existentes. Ao mesmo tempo sua fé num projeto preciso o impedirá de sacrificá-lo injustificadamente em favor de características ambientais de menor importância.” (Unwin.)

Considera que a beleza é fundamental no desenho urbano e apresenta, com relação a este assunto, uma visão muito própria que, de algum modo, responde ao movimento *City beautiful*: a beleza reside em fazer bem aquilo que se deve fazer; não é uma qualidade que se acrescenta exteriormente, mas antes “*nasce no espírito que o artista infunde na obra*” (Unwin.)

Afora a postura não dogmática assumida por Unwin, o fato de suas recomendações estarem firmemente baseadas na experiência recolhida na prática deve ter contribuído muito para a divulgação de alguns dos princípios contidos em sua obra e cuja presença se nota, ainda que de modo subjacente, em vários planos de cidades.

No que diz respeito aos parques e áreas verdes urbanas Unwin não chega a explicitar uma idéia de sistema como a que caracterizara a concepção de Olmsted e mesmo o esquema ideal de Howard. As referências ao assunto são quase sempre recomendações acerca do desenho e do uso da vegetação nos projetos. É apenas no capítulo que trata dos limites e acessos à cidade que Unwin comenta a dificuldade em resolver a integração cidade-campo, advogando a idéia de definir claramente os limites entre eles. Os parques poderiam então desempenhar uma função correspondente aos antigos muros, enquanto delimitadores da área urbana. Ressalta o aspecto agradável destas áreas verdes e sua utilidade para o repouso,

passeios e refúgio para a flora e a fauna e reafirma a conveniência em diferenciá-las claramente com relação à área edificada da cidade.

Outra possibilidade vislumbrada por Unwin para as áreas verdes de menores dimensões é a de servir como marco nos pontos em que as ruas atingem os confins da cidade. É claramente predominante a preocupação formal nas idéias de Unwin sobre as áreas verdes. Revelando sempre um grande apreço pela idéia de ordem como quando se refere às áreas de recreação infantil:

“(...) Estas superfícies devem ser bem definidas para que o (seu) aspecto desordenado não se propague pela área circundante (...) ou então serem implantadas no meio de extensas superfícies de relvado de modo a tornar insignificante aquela falta de ordem.” (Unwin.)

Ressalve-se, entretanto, que não se tratava de um formalismo dogmático e nem que tal preocupação formal fosse insensível aos aspectos referentes ao uso do espaço. O mesmo se pode dizer com relação à compreensão e apropriação das características naturais do sítio: as suas qualidades devem ser reconhecidas e aproveitadas (na medida do possível e sem prejudicar o sentido de ordem que todo projeto deve ter) tanto pela economia que isto proporciona como pela beleza que pode ser usufruída.

Unwin se detém mais no tratamento dos pequenos espaços livres de uso público junto às áreas residenciais ou, então, das praças centrais. Como não existe um modelo único a ser seguido, supõe-se que estes espaços ocorrerão onde o programa, as condições do terreno e as considerações de ordem estética determinarem. Este pragmatismo criterioso e imbuído de bom senso, informará muitos planos desenvolvidos nas décadas posteriores. O próprio Unwin foi responsável pelo plano de Londres, em 1932, propondo uma zona verde ao redor da cidade com as finalidades de recreação pública e de contenção urbana e ali se podem notar suas preocupações no referente ao uso e o aproveitamento dos aspectos naturais do sítio:

“(...) Este plano (de Unwin) difere do atual cinturão verde em vários aspectos importantes. Embora a superfície em hectares não fosse grande, os espaços a serem obtidos estavam destinados à aquisição com vistas ao uso público. Os espaços não formavam um cinturão ininterrupto; grosso modo, o traçado era circular, mas fundamentalmente estava constituído por uma série de espaços baseados na rede de drenagem e estavam entrelaçados com as zonas edificadas. Por esta razão a quantidade linear de espaço - ou borda - teria sido maior do que o do atual cinturão verde” (Whyte.)

OS PARQUES PÚBLICOS NO PLANO DE AVENIDAS

A necessidade de se adotar um princípio ordenador, em geral baseado numa ordem geométrica, e flexibilizá-lo, ajustando-o às condições reais, bastante enfatizada na obra

de Unwin, verifica-se também no estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo, elaborado em 1930 por Prestes Maia.

Outro ponto comum que pode ser detectado é o da “solução negociada” entre necessidades práticas, técnicas e estéticas. Maia chega a citar Unwin subscrivendo que a “solução é ótima quando naturalmente se oferecem os elementos da composição”. E no capítulo em que trata, ainda que de modo genérico, da extensão da cidade, algumas passagens também fazem lembrar Unwin como, por exemplo, ao sugerir para o zoneamento de São Paulo moderação, respeito pelas tendências naturais, salvo quando opostas a “princípios essenciais de urbanismo”

As semelhanças porém não podem ir mais longe, pois um dos pontos fundamentais para Unwin é a investigação sobre a cidade, com base no exemplo de Patrick Geddes, em que os aspectos históricos e sociológicos entram com grande peso, o que, em absoluto, foi levado em conta no estudo de Prestes Maia. Isto sem falar na discordância essencial com relação à contenção do crescimento físico da cidade, primordial para Unwin e considerada um atraso por Prestes Maia.

Mas vamos encontrar no plano de avenidas a mesma postura que relega os parques de caráter “naturalista” à periferia da cidade, reservando as áreas centrais para os jardins e parques com tratamento mais formal ou regular, praças cívicas e *boulevards* disciplinadamente arborizados. Prestes Maia propõe a remodelação da praça da República, transformando-a de jardim pitoresco em praça monumental, e defende sua idéia dizendo que “*aos que julgarem iconoclástico o projeto mostraremos que estamos na melhor companhia*” e faz duas citações: “*Um parque com paisagismo naturalista, apropriado para um bairro residencial é um anacronismo num ambiente de arranha-céus*” (George Burnap.) E “*Um pequeno parque delimitado por linhas retas no coração de uma cidade, com relevo irregular é em minha opinião um tanto deslocado; tal parque deveria ter um caráter arquitetônico. Em outras palavras, ele deveria ser uma praça pública mais do que um parque*”. (Thomas Hastings.)

Para ficarmos com nossas referências, poderíamos dizer que esta postura, totalmente antagônica à de Olmsted, seria provavelmente bem acolhida por Unwin.

Em Unwin não se encontra desenvolvida uma estrutura formal para um sistema de parques e áreas verdes no interior da cidade. Suas considerações sobre o assunto podem ser resumidas na idéia de extensões verdes razoavelmente grandes distribuídas na forma de anéis periféricos, já na transição cidade-campo destinadas a recreação pública. Afora esta orientação de ordem geral e de colocações genéricas sobre a importância de se prever as necessidades futuras em parques e áreas de recreação infantil, não é possível detectar o princípio ordenador para a distribuição destes equipamentos na cidade.

Já Prestes Maia, ao apresentar o seu terceiro circuito, ou circuito de *parkways*, demonstra estar ciente dos esquemas então em voga para as áreas verdes e justifica que a adoção

de um esquema circular-diametral para São Paulo (com a circunferência acompanhando basicamente os rios canalizados e o diâmetro correspondendo às avenidas do Estado, Independência e Tereza Cristina) *se deve ao intuito da exequibilidade pois “(...) se o intento fosse outro o ponto de partida seria um esquema predominantemente radial ou insular de espaços livres (...)”*

Passa então a comentar os referidos esquemas: *“(...) Habitualmente tem-se criado ilhas verdes no interior de áreas construídas, mas elas são insuficientes para o arejamento. (...) Recentemente nota-se o esforço para criar parques e bosques na periferia da cidade, mas esta cintura também não é eficaz quanto arejamento. Este só é conseguido de modo conveniente pela penetração em cunha dos espaços livres”*

E conclui que, independentemente de suas qualidades, todos eles envolvem custos proibitivos quando aplicados em áreas já construídas razão pela qual escolheu uma orientação mais modesta, que poderia ser resumida em três pontos:

- 1 Parques em espaços livres isolados, menores, porém mais numerosos no centro e nas áreas densamente habitadas.
- 2 - Parques maiores acessíveis e interligados por *parkways* perimetrais ou por radiais de primeira ordem.
- 3 Alargamento e arborização das radiais e previsão, mediante zoneamento, de bairros-jardins cuneiformes no interior dos setores de círculo, de modo a satisfazer, ao menos relativamente, o sistema ideal de espaços livres.

Contudo o objetivo do plano de avenidas, como o próprio nome diz, não era o de implantar um sistema de parques. Nas palavras do autor do plano “só nos interessam no momento os grandes parques por suas relações (de estética e de tráfego) com o plano arterial”.

Ainda assim, além dos grandes parques existentes (Anhangabaú, D. Pedro II, Independência, do Estado, Cantareira), dos parques com área já disponível (Ibirapuera) e sugeridos (Alto da Serra, reserva florestal do governo do Estado que, expandida pela orla do planalto, formaria com os lagos da Light o cenário de uma zona turística ao sul de São Paulo). Maia não deixa de contemplar os parques médios propondo-os no Pari (nos pátios, a serem desativados, da São Paulo Railway), na Moóca (onde hoje se situa o Centro Educacional da Moóca), dois na Ponte Grande (um onde se localizam atualmente os clubes Tietê, Espéria e o Parque Anhembi e o outro na área da Coroa, correspondendo aos propostos por Ulhoa Cintra no projeto de regularização do rio Tietê), no Tatuapé e na Lapa (à beira do Tietê), no Butantã (junto ao antigo horto estadual) e na Aclimação (no local do atual parque), além de considerar outros existentes (Luz, Trianon, Água Branca), todos interligados pelas radiais e perimetrais, sempre que possível arborizadas e ajardinadas.

Por trás da articulação dos parques mediante *parkways* e *boulevards* é possível reconhecer o conceito de sistema de parques originalmente formulado por Olmsted e em seguida generalizado.

À época do plano de avenidas, Robert Moses já presidia a *Long Island State Park Commission*, já fizera o plano estadual de parques para New York e organizara a *New York Metropolitan Conference on Parks* (1928), embora somente em 1934 fossem iniciados, sob sua direção, os trabalhos que ampliariam em duas vezes e meia aquele sistema de parques, realizando desta maneira as propostas de Olmsted em escala metropolitana. (Chadwick.)

É de se supor, com base na vasta informação de Prestes Maia em matéria de urbanismo, que ele conhecesse os planos de Moses. No entanto, aqueles conceitos inspiradores são aqui definhados, na impossibilidade de concretizá-los na mesma extensão e abrangência em que o foram na metrópole norte-americana. As distâncias físicas que separam os parques no plano de avenidas são muito grandes e os elementos de conexão entre eles não chegariam a ter as características preconizadas por Olmsted; também não seriam *parkways*, chegando no máximo a *boulevards*, caso tivessem sido realizadas conforme o idealizado. Na verdade os elementos de conexão estavam condicionados pela urbanização já consolidada ou por melhoramentos já projetados, notadamente a canalização dos rios, que Prestes Maia julgou conveniente considerar.

Prestes Maia compartilha da idéia de que as áreas verdes possuem valores higiênicos e sociais e reconhece que não é apenas a sua quantidade que deve ser considerada, mas também a sua distribuição no espaço e a sua especialização funcional. Coerentemente, além dos parques grandes e médios, proporá *playgrounds* para crianças e parques esportivos para adolescentes e adultos.

Os critérios de localização dos *playgrounds* são genéricos. Recomenda que sejam garantidos acessos seguros e dimensões em função da densidade. O raio de influência dos equipamentos segue o padrão norte-americano de 800 m. Também de filiação norte-americana é a recomendação de vinculá-los às escolas.

Os parques esportivos já teriam equipamentos mais afastados, vastos e completos e, em regra, públicos. O plano não define sua quantidade nem localização, a não ser os da Moóca e do Ibirapuera, mas aconselha que sejam instalados ao longo do terceiro circuito (*parkways*) ou “onde o custo do terreno permitir grandes campos e ampla cercadura de vegetação”

Ao reconhecimento do referencial técnico que embasou as propostas, ainda que genéricas, sobre parques e áreas verdes de recreação no plano de avenidas, poderíamos acrescentar as referências de caráter mais ideológico como, por exemplo, a do significado dos esportes que Prestes Maia foi buscar num texto de sabor positivista do prefeito de Lyon.

“A ciência aeeve ser o junaamento da cidade moderna. É ela que nos aconselha a reservar, no interior desta cidade, as instituições necessárias para a cultura física e os esportes. Os antigos compreenderam isto melhor que nós. Percorram-se as ruínas que ainda subsistem de suas cidades. Por toda parte banhos e estádios. Nós devemos retornar à sua concepção, a única verdadeira. Convenhamos que, para proteger a espécie humana, nós empregamos os procedimentos inversos àqueles que asseguram o progresso das espécies animais. Unicamente atentos a curar os enfermos, as doenças, os seres acometidos por taras, o que é de fato um grande dever, nós diminuímos, de ano em ano, o coeficiente de vigor e de saúde de nossa raça. Preservar os seres sãos não é também uma grande obrigação? Na cidade moderna, como na cidade antiga, o ginásio, o estádio, deveriam aparecer como indispensáveis, como instituições não de luxo, mas de primeira necessidade.” (Herriot. prefeito de Lyon.)

Outra manifestação dos valores assumidos por Prestes Maia encontra-se na exaltação da cultura esportiva alemã, na seguinte passagem:

“O papel educativo dos jogos e esportes deve ser estudado sobretudo na Alemanha. Ali a educação dirige-se mais aos jogos coletivos que ao desportismo inglês, ‘exaltador do egoísmo individual’ [Andre].” (Maia.)

Ou ainda:

“A distinção da cultura alemã pode ser verificada até nas formas aparentemente mais fúteis da atividade: ‘sport, dizem os ingleses; panem et circensis clamam as turbas neo latinas; ginástica, respondem os alemães, isto é, alegria do exercício coletivo, ritmico e refletido’ [Fauconnet].” (Maia.)

O ecletismo dos enunciados contidos no plano de avenidas pode de certo modo ser considerado a expressão das contradições e das oscilações entre o apelo da fantasia e o apego à realidade, que costumam ocorrer nas fases de transição mais significativas. Pretendia-se que São Paulo fosse uma cidade bela e ao mesmo tempo sede do capital industrial. Aos momentos de maior idealização, em geral inspirados em modelos europeus e norte-americanos, sucede-se, no plano, o reconhecimento das limitações levando antes ao empobrecimento das concepções originais que ao surgimento de alternativas realmente autênticas.

OS PARQUES PÚBLICOS NO RELATÓRIO MOSES

As propostas para parques e áreas de recreação contidas no Programa de Melhoramentos Públicos para a cidade de São Paulo, contratado pela prefeitura em 1950, e dirigido por Robert Moses, situam-se cronologicamente e metodologicamente entre dois momentos distintos no que se refere aos planos elaborados para São Paulo. Num

dos pólos, o plano de avenidas idealizava o sistema de parques e *parkways* na forma circular - diametral; no outro pólo, representado pelo plano da SAGMACS (padre Lebreton) de 1956-1957 e também no Plano Urbanístico Básico de 1968, os parques e áreas de recreação, do mesmo modo que os demais equipamentos urbanos, obedecem na sua disposição espacial a um outro tipo de idealização que parte do pressuposto de que a cidade se compõe de (ou se decompõe em) unidades territoriais que se relacionam de modo orgânico e hierarquizado, numa escala crescente de complexidade que vai do loteamento à aglomeração supramunicipal.

Nas proposições de Moses, pelo contrário, os preconceitos formais não estão presentes, ou não são tão evidentes, ao menos no que diz respeito aos parques, o que talvez se deva ao peso de sua experiência prática adquirida nos 26 anos em que dirigiu o Departamento de Parques de Nova York. Suas propostas para São Paulo se baseiam mais nas oportunidades de realização do que em modelos apriorísticos. O que mais se aproxima de uma preconcepção é uma vaga menção a um sistema que deve contar com *“um certo número de parques razoavelmente amplos e acessíveis, com arborização, ajardinamento, campos marginais de recreio e áreas para atletismo (...) e de parques de bairro, de 1 a 3 hectares, com instalações adequadas para todas as idades”*

Para Moses o propósito principal dos parques é o recreativo, atuando “beneficamente sobre a saúde física e mental dos habitantes” embora reconheça que também tem importância por proporcionarem “ar saudável e luz do sol” e por “contribuírem para o embelezamento ” da cidade.

A atuação de Moses em Nova York se caracterizou por intervenções em escala metropolitana com o objetivo de proporcionar espaços de recreação de massa. Trará este enfoque para cá. Critica o sistema de parques, jardins e instalações recreativas existente, considerando-o inadequado em termos de dimensionamento, distribuição espacial e finalidade. Comenta que *“os (parques) que estão sob a jurisdição de Parques e Jardins visam principalmente o embelezamento da cidade. São, em geral, poucos e pequenos. (...) Os que estão sob o controle do Departamento de Educação, Assistência e Recreação são mais ligados à saúde, educação e treinamento. A parte recreativa é incidental”*

Menciona os centros de recreio e os parques infantis existentes, reconhece as qualidades de alguns deles mas considera-os excessivamente dispendiosos e insuficientes em quantidade para atender à demanda da cidade: *“(...) Devido ao seu alto custo é impossível atender à demanda pela construção de centros caros e luxuosos. (O atendimento) deverá ser feito pelo estabelecimento de espaços ao ar livre, sujeitos a um mínimo de supervisão, como em Nova York”*.

Também, à semelhança do realizado em Nova York, sugere a inclusão das praias no sistema de parques recreativos para São Paulo envolvendo, na escala metropolitana, as esferas estaduais e municipais.

Ciente das limitações de São Paulo, propõe um programa de curto prazo para o sistema de parques e praças que é “o máximo que se pode fazer” e que corresponde a 8% dos custos gerais previstos para os cofres municipais, compreendendo-se nestes custos gerais: a conclusão da retificação do rio Tietê, complementação da infra-estrutura de saneamento, abertura de vias expressas, pavimentação e transportes coletivos. Tem-se assim uma idéia da importância relativamente considerável atribuída ao sistema de áreas verdes.

Faziam parte do programa de curto prazo para os parques:

- Adaptação de áreas consideráveis dos parques existentes para fins recreativos.
- Construção imediata de 50 parques de bairro de 1 a 3 hectares contando apenas com equipamentos básicos que, seguindo o modelo nova-iorquino, constariam de: sanitários, ginásio para crianças, brinquedos, tanque de areia, tanque de água ou chuveiros, ringue de patinação e quadras de uso múltiplo. Não é indicada a localização destes parques, mas é sugerido que, para sua criação, se aproveite a lei que obriga a doação de 10% da área de parcelamento do solo para parques e jardins “de modo aproveitável e conveniente”.

Implantação de quatro grandes parques em terras contíguas aos rios Tietê e Pinheiros:

1. Parque náutico, de 200 ha entre a ponte Grande e a vila Maria correspondendo ao projeto Ulhoa Cintra de 1922, junto ao rio Tietê.
2. Parque de 20 ha entre as atuais pontes do Limão e Freguesia do Ó, junto ao rio Tietê.
3. Parque de 20 ha na av. Jaguaré, junto ao rio Pinheiros.
4. Parque de 20 ha em Santo Amaro, junto ao rio Pinheiros.

Os recursos para a execução do programa de parques e praças de recreio seriam provenientes de diversas fontes:

verbas da educação, associando a implantação das praças de recreio à construção das escolas (experiência americana);

verbas das vias públicas, embutindo os custos de ajardinamento e a execução das áreas de recreio nos custos do prolongamento das rodovias no interior do município;

verbas resultantes da venda das terras recuperadas pelas obras de retificação do rio Tietê, que já estavam sendo financiadas pela prefeitura;

- verbas da corporação para a urbanização das terras do canal do rio Pinheiros, a ser criada, condicionando a venda das terras beneficiadas ao cumprimento de um plano de urbanização com a inclusão dos parques;

- verbas normais do orçamento municipal;
- verbas estaduais.

Moses não esclarece que critérios utilizou para o dimensionamento e a localização dos parques e áreas de recreação. Mas como elaborou o relatório para São Paulo apenas 2 anos após ter deixado a direção do Departamento de Parques de Nova York, é razoável supor que tenha adotado os padrões que lhe eram habituais. A consciência das limitações da nossa cidade, no entanto, estiveram presentes no programa modestíssimo (se comparado ao executado na cidade norte-americana) e apegado à exequibilidade.

O relatório Moses, como também ficou conhecido o Programa de Melhoramentos de 1950, ocorre num momento em que está se dando a *“maior intensificação do desenvolvimento do país, com São Paulo cada vez mais no centro do processo”* (Singer.) A cidade já possuía 2.200.000 habitantes, apresentando uma taxa anual de crescimento em ascensão. A área urbanizada se expandia rapidamente, mas a conurbação metropolitana se limitava então à faixa ao longo da estrada de ferro São Paulo-Jundiaí no sentido de São Caetano do Sul e Santo André, não tendo atingido ainda Guarulhos nem os municípios de Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Suzano, ao longo da estrada de ferro Central do Brasil. (Singer.)

A provisão dos parques de bairro proposta por Moses, com base na porcentagem de área verde exigida pela legislação da época, seria portanto factível, bastando para tanto uma ação administrativa conseqüente.

O parque náutico do Tietê, por sua vez, estaria garantido pela comercialização de aproximadamente 200 ha de várzea recuperados para urbanização pela própria prefeitura.

A viabilização dos parques ao longo do rio Pinheiros dependeria sobretudo de uma ação política para reverter o decreto estadual que estabelecia que as terras sobrantes das obras de retificação do canal seriam leiloadas pela Light ou readquiridas pelos antigos proprietários com a inclusão dos custos e benfeitorias. Em substituição ao fixado no decreto, que não previa plano ou controle da urbanização das terras beneficiadas, Moses apresentava a seguinte proposta:

“ (criação de uma) Corporação de Urbanização das Terras do Canal, na qual a Light teria uma participação adequada. A venda das terras beneficiadas seria condicionada ao cumprimento de um plano definido de urbanização, sendo que o dinheiro da venda seria utilizado para o custeio dos melhoramentos públicos para a área beneficiada (...) A Corporação controlaria as terras beneficiadas ao longo do Canal. Os pequenos proprietários receberiam ações proporcionais ao valor das terras. Como o projeto se realizará por etapas o capital de giro inicial não precisaria ser grande. Os trabalhos se desenvolveriam à medida que as terras beneficiadas fossem vendidas” (Moses.)

Apesar das oportunidades que se apresentavam, nada deste programa mínimo se realizou. Há de se registrar os melhoramentos nas praias de Santos e a intensificação da demanda para o lazer de massa no litoral sul. Mas estes são fatos que devem antes ser considerados mera expressão das forças do mercado do que consequências do relatório Moses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando apenas os dois principais planos do período analisado, e tentando cotejá-los de modo sumário, podemos dizer que os parques do plano de avenidas de 1930, em que pese a função utilitária inerente a qualquer parque, estão orbitando em torno de uma concepção predominantemente formal regida por suas relações estéticas com o plano arterial. Moses, em 1950, por sua vez, enfatiza os aspectos recreativos. O enfoque ambiental, em seu sentido mais específico (biofísico), começará a se fazer presente somente a partir do plano metropolitano de desenvolvimento integrado concluído em 1970.

O sistema de parques de Prestes Maia apóia-se em bases teóricas, recorrendo mesmo à abstração geométrica para a sua formalização, embora venha temperado pela consideração das limitações reais e dos fatores físicos característicos do sítio urbano. Moses se apega aos aspectos pragmáticos, sem adotar um modelo traduzível numa figura preconcebida, ou num sistema que tenha por princípio a continuidade espacial, embora deixe entrever a figura do arco formado pelos canais do Tietê e do Pinheiros ao propor que os parques principais e os grandes espaços abertos sejam dispostos ao longo desta linha.

Prestes Maia demonstra conhecimento das tendências mais recentes em matéria do urbanismo da época em que elaborou o plano. Cita Le Corbusier e comenta as experiências das cidades-jardins inspiradas em Howard, afastando-se porém destas linhas por considerá-las demasiadamente utópicas. Moses vem de uma longa experiência na implantação de sistemas de parques da qual acabara de se desligar. Por conta disto poderia ter chegado a proposições descabidas, mas, ao contrário, considerou as limitações financeiras e as peculiaridades locais corroborando inclusive propostas anteriormente formuladas para São Paulo por técnicos e urbanistas locais.

Por isto, apesar das abstrações do plano de Prestes Maia no referente aos parques, não se pode dizer que os planos para os parques públicos de São Paulo tenham se caracterizado pela utopia ou por um total descolamento da nossa realidade. Ainda assim não foi constituído um sistema de parques e de áreas verdes públicas destinado ao lazer da grande massa de trabalhadores e da classe média que aqui se concentrava.

Investigar as razões disto está fora do alcance deste trabalho, que se propõe simplesmente evidenciar as aspirações expressas nos planos. Mesmo as hipóteses para buscar as causas da preterição a que foram sujeitos os planos de parques e áreas verdes careceriam no momento de um mínimo de consistência. Mas nos parece de antemão que limitar as explicações à falta de recursos é insatisfatório, mesmo sabendo das imensas dificuldades em se atender às necessidades consideradas prioritárias como saneamento, habitação e transportes, entre outras.

Seria mais interessante saber porque a implantação de um sistema de parques e de áreas verdes de recreação pública na metrópole industrial que se formava, não se constituiu numa necessidade, nem para os trabalhadores, nem para o empresariado, nem para o poder público, como ocorrera na Europa e nos Estados Unidos. Seria possível alegar diferenças econômicas e culturais e mesmo a defasagem temporal entre os fatos de lá e os daqui. No entanto foram as próprias administrações municipais, portanto, instâncias do poder, que elaboraram ou encomendaram os planos a que nos referimos, e neles os parques e áreas verdes de recreação sempre tiveram um lugar garantido, com propostas razoavelmente sintonizadas com o que havia de mais atual em matéria de urbanismo. Não é difícil imaginar que não passassem de meras formalidades. De qualquer modo seriam formalidades necessárias, tanto que compareciam nos planos. Por que então não se concretizaram, já que haviam condições favoráveis?

Uma outra linha de explicação poderia seguir o argumento de que, no momento em que São Paulo começava a se firmar como metrópole industrial, os grandes parques ou os parques de recreio na escala dos bairros já não eram sentidos como espaços essenciais para o lazer. A chegada da televisão e o desenvolvimento da indústria automobilística nacional, na década de 50, supririam as necessidades do lazer realizando-o no interior das casas ou no exterior da cidade, marginalizando os espaços públicos intra-urbanos. Mas uma programação contínua e suficientemente diversificada das emissoras e a generalização do consumo de televisores, que levariam a televisão a ser uma forte concorrente do lazer público, assim como a maior facilidade para a aquisição de automóveis, que possibilitaria a evasão principalmente para o litoral, são fenômenos posteriores ao período que estamos tratando. Mesmo que fossem concomitantes, haveria o caso de Nova York impedindo o estabelecimento de uma relação direta entre os fenômenos, pois lá o sistema de parques foi consideravelmente ampliado, a despeito da disseminação dos aparelhos de televisão e dos automóveis que ocorria simultaneamente.

De certo não haverá uma ordem única de fatores que venha a ter primazia para a explicação do grande descompasso entre o proposto e o realizado para São Paulo. É mais provável que se encontrem respostas mais satisfatórias se não se perder de vista a interação entre os fatores econômicos, políticos e culturais presentes em cada momento histórico. Isto deverá nos conduzir, necessariamente, ao exame mais detalhado das situações concretas nos momentos em que se formularam as propostas e em que se deu (ou não se deu) a sua realização.

BIBLIOGRAFIA

- BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- CHADWICK, George F. *The park and the town*. London: The Architectural Press, 1966.
- DAL CO, Francesco. *De los parques a la región, in La ciudad americana - de la guerra civil al New Deal*. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: *Espaços e Debates*, n. 6, 1982.
- KLIASS, Rosa G. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1994.
- MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*. 1930.
- MOSES, Robert. *Programa de melhoramentos públicos para a cidade de São Paulo*. 1950.
- PETTENA, Gianni. Frederick Law Olmsted. In: *Storia Urbana*, n. 60, 1992.
- PONTES, José Alfredo O. V. Em busca do verde perdido. In: *Memória*.
- SEGAWA, Hugo M. Os jardins públicos no período colonial e o passeio público do Rio de Janeiro. Belo Horizonte. In: *Separata de Barroco*, n. 12, 1983.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional-Edusp, 1968.
- UNWIN, Raymond. *Town planning in practice - an introduction to the act of designing cities and suburbs*. London: T. Fisher Unwin, 1913.
- WHYTE, William H. *El paisaje final*. Buenos Aires: Infinito, 1972.
- ZOPPI, Mariella. Dal parco della borghesia a quello della cultura tecnologica. In: *Storia Urbana*, n. 60, 1992.